



**PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE**

**XI CONGRESSO**



**Moção de Estratégia da candidatura de**

**José Maria Pereira Neves**

**Praia, 13 a 15 de Outubro de 2006**



**PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE**

**XI CONGRESSO**

---

# Construindo o futuro

## Construindo o futuro

---

Moção de Estratégia da candidatura de  
José Maria Pereira Neves

---

### **PARTE I : PAICV, UM PARTIDO PORTADOR DO FUTURO**

#### *Renovando a esperança*

1. O PAICV ganhou brilhantemente as eleições legislativas de 2001, sob o signo de «Amor à Terra», depois de 10 anos de oposição.

Em Fevereiro de 1990, o PAICV lançou o processo de transição para a democracia, depois de ter protagonizado, na governação do país, a construção do Estado e o lançamento das bases de desenvolvimento.

Grandes ganhos tinham sido conseguidos nos domínios institucional, da educação, da saúde, das infra-estruturas e da agricultura. Mas o modelo económico e político tinha-se esgotado, resultado aliás da dinâmica decorrente das transformações sociais e políticas, quer no plano interno, quer no plano externo. Em Fevereiro de 90, o PAICV, após aprofundados debates internos e com a sociedade civil e os cidadãos, propôs aos cabo-verdianos a abertura do regime à democracia, criando as condições institucionais e políticas favorecedoras do processo.

Foi uma transição negociada de forma leal com a oposição nascente, que entretanto ganhara força nas ruas, tendo o PAICV realizado, num curto espaço de tempo, todas as mudanças legais e institucionais para o estabelecimento de um sistema pluri-partidário, inclusivamente no que se refere ao calendário eleitoral, e que viabilizaram as primeiras eleições democráticas.

Assim, em Setembro de 90, foi feita a revisão constitucional, que, de entre outros assuntos importantes, designadamente a institucionalização do sistema de governo semi-presidencial, permitiu a queda do artigo quarto da Constituição, que consagrava o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado, viabilizando, deste modo, a livre criação de partidos políticos e a sua participação efectiva no processo eleitoral. Foram revistas as leis eleitorais, e as primeiras eleições legislativas pluri-partidárias foram marcadas para 13 de

Janeiro de 1991 e as primeiras eleições directas para Presidente da República marcadas para 17 de Fevereiro.

O Movimento para a Democracia ganhou as legislativas, com maioria qualificada, tendo renovado a maioria qualificada nas eleições de 1995, e o Dr. António Mascarenhas Monteiro, apoiado pelo MpD, ganhou as presidenciais em 91 e 96.

2. O MpD assume o poder e propugna como um dos seus principais objectivos estratégicos a eliminação do PAICV do sistema político, tendo desencadeado uma perseguição sem tréguas aos seus principais dirigentes e quadros.

Realizou, entretanto, algumas reformas políticas e económicas. Foi aprovada a nova Constituição, em 1992, um documento de referência no processo de construção da democracia. Os princípios e valores essenciais enformadores da Constituição de 92 são universais e, por isso mesmo, consensuais. O Grupo Parlamentar do PAICV não concordou com os procedimentos adoptados para a aprovação da nova constituição – adopção das regras de revisão da Constituição de 80, para fazer aprovar uma nova constituição – e não participou nos debates parlamentares, mas apresentou à sociedade, já que não tinha poderes para fazê-lo ao Parlamento, uma proposta moderna de Constituição da República.

Sob o signo de «menos e melhor Estado», o Governo do MpD realizou, na década de 90, reformas económicas, de entre as quais se destacam as privatizações. Estas foram, todavia, realizadas sem um quadro regulatório e sem controlo democrático.

O PAICV sempre defendeu que as privatizações deveriam estar inseridas na estratégia global de desenvolvimento, de modo a contribuir para o aumento da eficácia global da economia, a densificação do tecido empresarial, a qualificação dos recursos humanos, o crescimento e a competitividade da economia. O PAICV sempre sustentou que as privatizações deviam ter um controle democrático e avançou várias propostas neste sentido, sem sucesso.

3. O PAICV depositário da herança da independência e do legado de Amílcar Cabral e um dos principais protagonistas do processo de transição para a democracia conseguiu resistir com sucesso às investidas do então partido no poder, consolidou-se como um dos pilares fundamentais da liberdade e do Estado de direito democrático.

Sob a liderança de, sucessivamente, Pedro Pires e de Aristides Lima, nos vários Congressos realizados na década de noventa, o PAICV renovou-se profundamente, tendo cumprido com espírito patriótico e sentido de Estado as suas responsabilidades políticas e institucionais de principal partido da oposição democrática.

O MpD, que funcionou como um amplo movimento para conquistar o poder, sofreu um grande desgaste durante os dez anos que exerceu o poder, tendo havido várias dissensões e cisões e a emergência de dentro do seu seio de mais dois partidos políticos.

Resultado de escândalos e de má gestão de diferentes dossiers políticos e económicos sensíveis, o MpD deixou, no final da década de 90, de representar os interesses da esfera pública cabo-verdiana emergente.

Em 2001, foi o PAICV reavaliado pelos cabo-verdianos que sufragaram maioritariamente a sua proposta de governação, tendo ganho com maioria absoluta as eleições legislativas e eleito 40 deputados num total de 72. Em 2006, renovou e reforçou a maioria, tendo eleito 41 deputados.

O PAICV venceu as duas últimas eleições legislativas porque foi reconhecido como o partido melhor posicionado para realizar as mudanças necessárias para a construção de um futuro de progresso para todos os cabo-verdianos.

Os resultados dos últimos seis anos de governação do PAICV confirmam esta esperança e justificam a confiança que o povo depositou em nós para governar e gerir os assuntos da Nação.

A governação do PAICV devolveu à Nação a esperança perdida. A Nação está mais confiante no amanhã. Por que o PAICV é portador de um projecto de futuro para a Nação Cabo-verdiana.

#### ***Arrumando a casa***

4. Em 2000, no termo da governação do MpD, o país estava sem rumo e claramente num ritmo descendente. O Governo de então estava incapaz de adoptar as medidas e políticas necessárias para fazer face à situação. Não havia liderança, nem perspectiva clara de futuro. As pessoas perderam a esperança, a nação estava dividida; o Governo de então revelou-se incapaz de assumir as suas obrigações internas e suas responsabilidades internacionais.

Os alicerces morais da Nação foram enfraquecidos, as instituições públicas deterioraram-se, os activos da Nação foram alienados sem ter em conta os reais interesses do país e ainda hoje estamos a pagar as consequências.

A pobreza, as desigualdades e o desemprego cresceram especialmente entre os jovens.

As finanças públicas foram delapidadas. Os principais indicadores macro-económicos evidenciavam graves desequilíbrios, pondo em causa a estabilidade macroeconómica.

Vencidas as eleições, o Governo do PAICV teve pois que arrumar a casa após o descalabro e inverter a trajectória descendente em que o país se encontrava.

#### ***Lançando as fundações para um futuro melhor***

5. Nesses seis anos de governação do PAICV, lançámos sólidas fundações para a construção de um futuro melhor. Realizámos progressos consideráveis em várias frentes e colocamos o país na senda da prosperidade e da modernidade.

---

Os marcos são bem visíveis e os cabo-verdianos podem hoje orgulhar-se do que conseguiram.

Somos um Governo reformador. Introduzimos as mudanças necessárias para que o país pudesse enfrentar os desafios internos e externos. Lançámos reformas para melhorar a capacidade de resposta da Administração Pública na prestação de serviços aos cidadãos e à economia. Reformámos o sector financeiro para uma administração mais eficiente e mais transparente.

Implementamos reformas económicas no sentido de melhorar o desempenho da economia. Restabelecemos a estabilidade macroeconómica para corrigir os desequilíbrios a que a economia estava confrontada. Melhoramos o ambiente económico e impulsionamos o investimento público e privado.

Prosseguimos um grande esforço de infra-estruturação e modernização do país. Impulsionamos e modernizamos o desenvolvimento rural, demos uma nova dimensão à agricultura.

A governação do PAICV procedeu igualmente a importantes reformas políticas que reforçaram o Estado de Direito e contribuíram para uma sociedade mais aberta e mais democrática. Aprofundamos a descentralização, reforçamos a cultura democrática e abrimos espaço para uma participação cidadã. Prosseguimos com a reforma da justiça com a adopção de medidas estruturantes, criando condições para torná-la mais célere e ao alcance de todos.

O PAICV é um Partido portador do futuro. Por isso, vimos desenvolvendo grandes esforços para que a juventude possa encarar o futuro com mais confiança. Apostamos na capacitação e valorização dos recursos humanos. Melhoramos e alargamos a educação. Impulsionamos a formação profissional. A Universidade de Cabo Verde está em implementação. Melhoramos o acesso à saúde. Reformamos a segurança social. Estamos a ganhar o desafio de levar a protecção social a todos os cabo-verdianos.

Os marcos desse esforço estão à vista de todos. A economia está a crescer a um ritmo forte e sustentado. O PIB per capita já atingiu os US\$1800. O poder de compra aumentou o que, conjuntamente com a melhoria do acesso e da protecção sociais, testemunha a melhoria das condições de vida das pessoas e indicia uma redução da pobreza. A inflação foi mantida a níveis baixos não obstante os choques externos e o choque petrolífero em particular; controlamos os défices fiscais; aumentamos as reservas e fortalecemos a ancoragem ao Euro; diminuímos as taxas de juro. Recuperamos a credibilidade interna e externa e a confiança dos agentes aumentou.

O mundo reconheceu amplamente todo o esforço desenvolvido durante a governação do PAICV. No ranking global, Cabo Verde apresenta indicadores de democracia e liberdade que o posicionam na linha de frente e o comparam favoravelmente com muitos países desenvolvidos. Cabo Verde qualificou-se para o MCA e fomos o primeiro país a submeter propostas e a receber desembolsos. A boa governação do país é amplamente reconhecida. Cabo Verde é considerado um dos países mais bem geridos de Africa e, hoje em dia, é

apontado como exemplo nos fóruns internacionais. A graduação de Cabo Verde da categoria dos PMA para país de rendimento médio sendo, em primeira instância, uma responsabilidade acrescida, não deixa, contudo, de significar um reconhecimento dos avanços conseguidos por Cabo Verde.

Trabalhamos muito nesses seis anos. Precisamos continuar a trabalhar duro porque há muito mais para ser feito. Fazemos face a sérios problemas: pobreza, desigualdades sociais e regionais e desemprego, particularmente o dos jovens. Como Partido da igualdade, da solidariedade, da justiça social é um dever de honra do PAICV erigir estas questões em traves mestras do seu combate político e da sua acção governativa.

Novos desafios surgem à medida que entramos numa nova fase de desenvolvimento. Estamos numa nova largada para Cabo Verde e a questão que nos pomos como Nação e como Partido político é como assegurar um melhor futuro para o país. Temos que olhar para o futuro, temos que continuar a transformação da economia e a modernização da sociedade, temos que reforçar e desenvolver os valores morais que fazem mover a sociedade, temos que mobilizar as energias de todos os cabo-verdianos onde quer que estejam, de toda a sociedade para um desígnio comum, a construção de um futuro melhor para esta pequena mas forte Nação.

Ganharemos esse grande desafio. Ganharemos porque o PAICV é um partido com história, que já provou ser um partido de todas as batalhas, de todos os momentos. Um partido capaz de apreender as aspirações das pessoas e os desafios de cada época. Um Partido líder, um Partido portador do futuro.

### *Uma visão do futuro*

6. Construir um futuro melhor para todos os cabo-verdianos é um compromisso que o PAICV assume para com consigo mesmo e para com a Nação.

O PAICV está à altura desse compromisso porque já provou ser um partido de todas as épocas e de todos os momentos: da independência, da construção do Estado e da reconstrução nacional, da abertura democrática e da democracia. Agora, o momento é de transformação e modernização do país.

Ganharemos mais esse desafio. Porque temos uma visão do futuro que queremos e que estamos a construir, sabemos para onde queremos ir. Porque temos uma liderança capaz de conduzir esse processo, de traçar o rumo e de trilhar os caminhos do futuro.

Queremos um Cabo Verde com mais e melhor democracia e com iguais oportunidades para todos; onde não haverá pobreza; onde cada um pode desenvolver o seu potencial; onde se luta para construir uma economia competitiva no mercado global; onde se pode viver com qualidade e em harmonia com o ambiente; onde a todos é dispensado educação de qualidade e cuidados de saúde; onde estamos unidos enquanto Nação diaspORIZADA; onde vigora uma sociedade de inclusão, livre, aberta e democrática.

Queremos uma Nação global moderna e desenvolvida, estribada e enraizada na rica cultura cabo-verdiana e unida pelos traços identitários que nos caracterizam como povo.

Este é o futuro que os cabo-verdianos construirão juntamente com o PAICV.

***Mais democracia, mais liberdade e mais cidadania***

7. Obra de várias gerações de cabo-verdianos inspirados pelos valores identitários da Nação e conquista fundamental do povo da Cabo Verde, a democracia cabo-verdiana é hoje uma realidade incontestável e irreversível. Hoje, ela é unanimemente reconhecida e respeitada.

O PAICV orgulha-se de ter contribuído para a sua construção e consolidação, considerando-a indissociável contexto para o desenvolvimento. O PAICV continuará empenhado na sua qualificação. A observância estrita dos princípios e valores da Constituição, o reforço das liberdades e da cidadania estarão no centro da acção política do PAICV.

***Transformar, modernizar para um futuro de progresso***

8. O projecto do PAICV é um projecto de transformação económica no mundo globalizado.

Vivemos a era de uma economia global cada vez mais competitiva. A escala e a velocidade das mudanças colocam pressões enormes sobre países como o nosso, pequeno, vulnerável e sem recursos naturais. A economia mundial emergente cria sérios desafios, mas também oferece oportunidades que podem ser aproveitadas pelas nações para realizar progressos.

A nossa posição é clara. Não temos outra escolha senão procurarmos inserir-nos competitiva e estrategicamente no espaço global. Afinal, Cabo Verde emergiu dum primeiro movimento de globalização que aconteceu há séculos atrás. O nosso desafio é, então, de procurar oportunidades potenciais que surgem da nova economia e adquirir as capacidades e o *know-how* para explorá-las e posicionar o país no mercado global.

Os tempos mudaram. Sobrevivem as nações que podem apreender e antever rapidamente as mudanças e actuar com agilidade. São novos tempos que apelam para soluções novas. É por isso que temos estado a desenvolver novos e inovadores caminhos para a nação cabo-verdiana: “Transformar Cabo Verde”.

Temos que transformar as nossas vantagens comparativas de localização e de proximidade dos maiores mercados em vantagens competitivas, à luz do contexto de economia global em mutação constante. Temos que adoptar uma abordagem estratégica. Temos que operar profundas mudanças tanto no sector público, como no sector privado, bem como na sociedade. Temos que prosseguir com as reformas, com a infra estruturação e modernização do país, com a qualificação e capacitação do cabo-verdiano e particularmente das jovens gerações, tudo para criar vantagens competitivas. Temos que trabalhar com o

---

sector privado para o fortalecimento da sua capacidade, para o incremento do investimento, para alargar e diversificar a nossa base produtiva.

Temos a consciência do desafio e já iniciámos o trabalho. Temos a consciência do muito que há ainda por fazer. Continuaremos nessa via com esforços redobrados.

### ***Um projecto partilhado***

9. A transformação é um projecto de mobilização social. Não é possível realizar a transformação e a modernização da sociedade sem uma partilha da visão de futuro, sem uma adesão da sociedade civil e dos cidadãos.

Nós, como PAICV e como PAICV Governo, temos que mobilizar e engajar as populações na concretização da agenda de transformação e de construção de uma nova sociedade. Competirá ao Partido e a cada militante estabelecer o diálogo com a sociedade para que as soluções que emergem sejam partilhadas e apropriadas por todos.

Promovemos o diálogo e a participação da sociedade. Defendemos a concertação social com os trabalhadores e o patronato numa busca permanente de consensos e de novas formas de participação. Encorajamos novas formas de organização que levam ao empoderamento da sociedade para uma participação cívica cada vez maior.

A transformação é também um projecto societal ao remeter-nos para valores e princípios, posturas e atitudes. Temos que dignificar valores de trabalho, de honestidade, seriedade, rigor e respeito, que são, aliás valores caros ao PAICV. Temos que promover mudanças de mentalidade, promover uma cultura de iniciativa e criatividade, uma atitude permanente de busca de soluções. A Nação e cada um individualmente têm que dar mais valor à aprendizagem, à educação e à formação.

Transformar não é pois uma questão do Governo, do sector privado, mas de todos e de cada um, enfim, da sociedade. É através do esforço e da solidariedade colectiva que triunfaremos.

Por isso e a bem de Cabo Verde, continuaremos empenhados na procura de consensos alargados no seio da classe política.

### ***Um projecto de modernização***

10. Para transformar a economia e a sociedade temos que modernizar. No mundo de hoje, as inovações tecnológicas em áreas como as comunicações, a informação, a computação, os transportes, a medicina, a formação, a administração, entre outras, constituem novas realidades. A velocidade da inovação é grande e mesmo vertiginosa. Há que acompanhar esse movimento, produzir, adoptar e difundir tecnologias favorecedoras da materialização da nossa visão.



É o que temos vindo a fazer. O Governo do PAICV está a implementar uma estratégia para fazer de Cabo Verde uma sociedade de informação e de conhecimento. Nosso plano é desenvolver redes globais de conexão para apoiar a transformação e, no futuro, fazer de Cabo Verde um “Cyber Island”.

A introdução das tecnologias de informação e de comunicação -TIC- na administração corresponde à necessidade de modernização. O Governo electrónico já faz parte do quotidiano e numerosas iniciativas em curso e previstas visam aproximar os cidadãos da administração ao minorar e simplificar os seus esforços para obtenção dos serviços de que necessitam.

É ainda na linha da modernização para maior racionalidade, eficiência e eficácia que prosseguimos com a reforma do Estado. Um Estado que se quer moderno, mais eficiente e eficaz, com mais segurança, melhor justiça e mais sustentabilidade. Uma nova geração de reformas está a ser lançada com ênfase na prestação directa de serviços e melhor atendimento aos cidadãos e às empresas.

Prosseguiremos a reforma do sector financeiro público, no sentido da racionalização dos gastos e das despesas públicas, pela responsabilização na utilização dos dinheiros públicos e na aplicação de princípios de rigor, ética e eficácia.

Deveremos garantir o reforço da legalidade, transparência e da imparcialidade dos serviços públicos em questões essenciais como a contratação pública, incluindo os mercados públicos e o recrutamento dos servidores públicos com a promoção de concursos públicos, tanto a nível central como local.

Continuaremos de uma forma geral a assegurar e reforçar todos os indicadores de boa governação do país, qualificando o sistema público de prestação de contas e o Estado de Direito.

Prosseguiremos, de forma intensificada, a extensão e a modernização das infra-estruturas. Esse esforço é vital para facilitar a actividade económica, diminuir o custo de contexto das empresas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, enfim, para melhorar a competitividade geral do país.

A educação e a formação são factores críticos para materializar todos os aspectos da visão de transformação e modernização. Constituem então prioridade a modernização do ensino, o desenvolvimento da formação profissional enquanto factor crítico para o emprego e produtividade, a formação permanente e a formação de quadros de alto nível.

O PAICV quer um desenvolvimento amigo do ambiente. Desde logo, o PAICV estará engajado na promoção de um crescimento com qualidade ambiental e de um desenvolvimento durável.

---

***Um projecto que enfatiza o crescimento centrado no sector privado...***

11. O projecto de transformação reforça o papel do sector privado enquanto motor de crescimento, isto é, é tarefa do privado desenvolver e gerir a actividade produtiva.

O Governo do PAICV continuará engajado na construção de um sector privado competitivo. Continuaremos a trabalhar no sentido da agilização da decisão económica, na simplificação do acesso das empresas aos serviços que demandam da Administração. Consolidaremos a estabilidade macroeconómica, prosseguiremos com a reforma fiscal e a modernização do sector financeiro e a melhoria das condições de acesso dos agentes económicos ao crédito e com a melhoria dos custos de factores.

Intensificaremos os programas directos de reforço do sector privado e de fortalecimento da sua capacidade de competir no mercado global, de desenvolvimento de projectos de investimento e de promoção e desenvolvimento da exportação.

Nessa cruzada pelo desenvolvimento de um empresariado nacional competitivo, forte e dinâmico continuaremos a dar atenção especial ao envolvimento dos empresários cabo-verdianos das nossas comunidades emigradas, factor acrescido de canalização de know-how, capital e competências modernas de gestão tão necessárias à transformação de Cabo Verde.

***... e num Estado regulador e impulsionador***

12. Ao Estado competirá criar as condições para um ambiente propício ao impulsionamento da actividade económica. Mas sabemos que o mercado não é perfeito; o Estado deverá assegurar uma boa regulação do mercado, proteger os interesses do produtor e do consumidor e velar para que os benefícios do crescimento beneficiem toda a população e todas as regiões do país. Ainda, é função fundamental do Estado prestar os serviços essenciais em áreas como a educação, a saúde, a protecção social, a segurança ou a infra-estruturação básica.

Nesse aspecto, o investimento público continua a ser essencial. Porém, numa relação de complementaridade, será muitas vezes salutar estabelecer parcerias público privado, quando tais soluções representarem mais valias para a Nação.

***Um projecto de inclusão social***

13. Enquanto partido progressista fundado na equidade, na solidariedade e na justiça social, a transformação só faz sentido para o PAICV se conduzir a iguais oportunidades para que cada um possa realizar suas aspirações.

O projecto de transformação é nesse sentido um projecto para todos, um projecto de inclusão. O PAICV se esforçará para o reforço da coesão social, para providenciar um emprego decente para todos, para a redução da pobreza, para o acesso de todos à educação e à saúde. É nessa linha de solidariedade activa que o

Governo do PAICV já deu importantes passos para estender a protecção social a todos os cabo-verdianos.

O PAICV reafirma o seu firme compromisso em trabalhar para a igualdade e equidade de géneros, visando garantir a realização dos direitos de todos e a inclusão dos homens e das mulheres no esforço de desenvolvimento do país.

O PAICV propugnará uma política de imigração em que ao lado do controle eficaz dos fluxos imigratórios se garanta a integração digna dos imigrantes legais na sociedade cabo-verdiana.

## **PARTE II : REFORMAR E MODERNIZAR O PARTIDO**

### *Em sintonia com o Progresso*

14. O PAICV é um grande Partido. Sempre o foi ao longo da sua história e continua sendo um factor de transformação social, política e económica de Cabo Verde.

Depositário das heranças e dos valores da independência, das liberdades e garantias individuais, do primado do Direito e do sistema democrático representativo.

A Declaração de Princípios é documento definidor da orientação política e do ideário de esquerda democrática do PAICV, instrumento de construção identitária do Partido.

A Liberdade, a Igualdade e a Solidariedade, são erigidos como princípios cardinais do pensamento e da acção do PAICV que se define como uma escola de cidadania, um instrumento de transformação de Cabo Verde, federador de vontades e gerador de consensos, aberto à pluralidade no quadro da matriz comum do ideário do socialismo democrático, um Partido promotor da participação e defensor das liberdades e garantias dos cidadãos e que se engaja com determinação na intensificação da democracia, entendida não apenas no seu lado formal como também na sua substância traduzida em democracia social e económica que propugna a construção de um Estado de bem-estar social e a edificação de uma sociedade promotora dos Direitos Humanos, da Paz e do diálogo. Um Partido que respeita a diversidade e as minorias que assume a defesa do ambiente como elemento vital à promoção de um desenvolvimento sustentável, enquanto factor de solidariedade inter-geracional, da perenização da Nação Cabo-Verdiana e demonstrativo da co-responsabilização dos cabo-verdianos perante o futuro planetário.

### *Reformando e modernizando*

15. Do mesmo passo que Cabo Verde avança e moderniza-se com o incontornável contributo do Partido e dos seus militantes, o PAICV também cresce interiormente e moderniza-se com os impulsos que lhe chegam da

sociedade cabo-verdiana, tendo vindo a colocar-se na linha de frente do processo de modernização dos partidos políticos cabo-verdianos.

Sobretudo, de 1991 a esta parte, o PAICV tem passado por um processo gradual de reformas que lhe tem garantido um difícil, mas bem sucedido equilíbrio entre a contínua necessidade de modernização e adequação à mudança e à preservação de valores fundamentais da estabilidade, da unidade e de coesão internas.

No X Congresso que se realizou na Praia em Junho de 2003, o PAICV foi longe no aprofundamento do seu processo de inovação ao consagrar nos seus Estatutos o método de eleições primárias para a escolha do candidato do Partido ao cargo de Presidente de Câmara Municipal, sempre que houver mais do que um candidato a pretender a indicação; ao dar dignidade estatutária aos seus simpatizantes e amigos permitindo que estes possam inscrever-se no Partido e participar nas suas actividades; ao permitir que os cidadãos da CEDEAO e da CPLP possam participar nas actividades do Partido, nos termos previstos na lei, ao criar estruturas regionais de base electiva para reforçar a coordenação do Partido a nível de cada ilha, com vista a um melhor desempenho das estruturas; ao dar um novo e reforçado estatuto ao Secretariado Geral como órgão executivo da Comissão Política, permitindo ao Partido assegurar de forma efectiva a implementação das deliberações dos seus órgãos nacionais, mantendo ao mesmo tempo estreita ligação com as demais estruturas a todos os níveis; ao permitir a congregação de deputados, primeiros secretários, autarcas, dirigentes, membros do governo, para articular e coordenar estratégias e políticas do Partido.

16. Neste XI Congresso, queremos continuar essa dinâmica de modernização do Partido:

- i. Propõe-se aprofundar a abertura do PAICV à sociedade civil e reforçar a cidadania. Deste modo, pretende-se consagrar nos Estatutos o reconhecimento de direitos aos simpatizantes e amigos do Partido, tendo como contrapartida o dever destes respeitar e defender o bom nome e a dignidade do PAICV;
- ii. Propõe-se valorizar e reconhecer o contributo do cidadão independente que comunga dos ideais e valores do PAICV dando o dever aos órgãos do Partido a nível nacional, regional e municipal, conforme couber, de promover encontros anuais com os mesmos destinados a debater, designadamente a situação política nacional e reforçar os laços de aproximação do Partido a este segmento da sociedade;
- iii. Propõe-se, em matéria de igualdade e equidade de género e de aumento da participação da mulher na conformação da vontade política do Partido, e, por esta via, de reforço do acesso das mesmas às instâncias de decisão política nacional, avançar de um quarto para um terço de participação mínima de qualquer dos sexos nos órgãos electivos do Partido;
- iv. Propõe-se que a Praia, pela sua dimensão metropolitana, seja uma região política especial, organizando-se como estrutura regional,

podendo abranger as organizações do Partido nos vários Bairros, de acordo com a divisão administrativa da Cidade que se vier a estabelecer;

- v. Propõe-se reforçar o princípio democrático introduzindo o método de eleições directas para Presidente do Partido e a possibilidade de apresentação de moções sectoriais ao Congresso, do mesmo passo que se mantém a obrigatoriedade de apresentação de moções de estratégia de orientação política nacional e global para a eleição do Concelho Nacional;
- vi. Propõe-se reforçar a coordenação política a nível infra-organizacional, permitindo que as freguesias ou um conjunto de bairros ou povoados possam organizar-se sob a orientação de uma Comissão de Coordenação Política da Freguesia ou de Bairros e de um Coordenador Político da Freguesia ou de Bairros;
- vii. Propõe-se que se atribua às comissões de jurisdição e de fiscalização competências para supervisionar todo o processo eleitoral no Partido.

17. A Juventude do PAICV, a Secretaria Nacional das Mulheres do PAICV e a Associação Nacional dos Autarcas do PAICV – que entretanto ganharam novo dinamismo nos últimos anos – continuarão a merecer toda a atenção, em ordem a garantir a permanente renovação do Partido e uma cada vez maior participação dos jovens na vida política nacional, o aumento da participação das mulheres nos órgãos partidários e na governação, sempre na via da igualdade e equidade de género e o exercício de uma governação local democrática, modernizadora e efectiva na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

18. O Partido deve continuar a dispensar atenção cuidada às suas estruturas implantadas nas comunidades emigradas pelo dinamismo que têm evidenciado e pelo seu importante papel na vida política nacional, no equacionamento e construção de soluções para os problemas mais candentes que afligem essas mesmas comunidades e, de uma forma geral, na aproximação e participação do emigrante no processo de transformação do país. As experiências da realização dos encontros de formação-acção das estruturas partidárias da emigração até agora circunscritos à Europa devem ser aprofundadas e estendidas às Américas e à África. A coordenação através do Secretariado-Geral, que melhorou substancialmente desde o X Congresso, deve ser matéria de constante reforço e aperfeiçoamento. Esforços devem continuar a ser empreendidos para a participação de representantes das estruturas da emigração na Universidade de Verão do PAICV que, nas suas opções curriculares, deve dar atenção às especificidades das estruturas na emigração.

19. O Partido deve trabalhar no sentido de revitalizar a sua Fundação – Instituto para a Democracia e Progresso – enquanto espaço de debate de ideias e de formulação de propostas sobre a governabilidade e a governação, a intensificação da democracia, e de participação de cidadãos independentes, de académicos e de autarcas na formulação de políticas públicas e no enriquecimento do ideário do socialismo democrático e da social democracia.

O site do Partido na Internet será também redinamizado, devendo-se dar corpo ao Blog, para facilitar a socialização de ideias e aprofundar a participação dos cidadãos na formação da vontade política do Partido.

20. O PAICV reforçará a sua organização para uma participação activa na Internacional Socialista de cuja família é membro e o fortalecimento das relações com os Partidos amigos. O PAICV propugna uma diplomacia de afirmação da Nação cabo-verdiana, da sua cultura e da sua identidade por forma a, nomeadamente, unir e mobilizar todos os filhos cabo-verdianos espalhados no mundo e defender o bom nome de Cabo Verde.

O PAICV defende a construção de parcerias no plano internacional e a busca de âncoras seguras para alavancar o desenvolvimento do país. O PAICV continua a defender o multilateralismo como quadro mais adequado para a busca de soluções dos desafios que se colocam à humanidade e para a solução dos conflitos. O PAICV defende a promoção da utilidade de Cabo Verde na cena internacional participando de forma activa na busca da paz, segurança e estabilidade, condições para o desenvolvimento das nações e a prosperidade dos povos.

21. Para os próximos três anos de mandato – o XII Congresso será em 2009 –, o PAICV assume como sua missão estratégica, enquanto Partido de Governo, continuar o processo de transformação social, económica e política do país, para construirmos um país moderno, competitivo, com justiça social e qualidade ambiental e ganharmos juntos o futuro.

Assim, o objectivo é ganhar as autárquicas de 2008 – o que significa manter os actuais municípios, onde já se pode ganhar novos municípios – sempre no quadro do reforço da descentralização, do municipalismo e da dinâmica de desenvolvimento local e regional.

O PAICV deve preparar-se também para as eleições legislativas e presidenciais de 2011, ainda que as mesmas estejam fora do perímetro do mandato dos órgãos dirigentes eleitos neste Congresso.

É fundamental para o futuro de Cabo Verde – trata-se de um imperativo ético e político – que o PAICV continue a ganhar, para que Cabo Verde ganhe.

O PAICV continuará, pois, a governar com ética da responsabilidade, procurando os consensos sobre as grandes questões nacionais, defendendo e promovendo as liberdades e as garantias dos cidadãos e o Estado de direito democrático e procurando incessantemente o bem comum, com humildade democrática e com tolerância e respeito pela oposição e pelas minorias.

Continuaremos a trabalhar para ganhar as legislativas de 2011, e apoiar um candidato ganhador para Presidente – que seja árbitro e moderador, instância moral e de união na Nação global cabo-verdiana.

Este é o caminho para novas vitórias. Novas vitórias para o PAICV, novas vitórias para Cabo Verde.